

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 28.984, da Comarca de BETIM, sendo Apelantes: WALTER SANTOS JUNIOR E OUTROS e Apelado: O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRITÉ.

A C O R D A, em Turma, a Terceira Câmara Civil do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., e sem divergência na votação, negar provimento à apelação, pelos fundamentos constantes das inclusas NOTAS TAQUIGRÁFICAS, devidamente autenticadas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

Custas, na forma da lei.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 1986.

---

JUIZ CLÁUDIO COSTA, Presidente e Vogal.

---

JUIZ CUNHA CAMPOS, Relator.

---

JUIZ HUGO BENGTSSON, Revisor

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. JUIZ PRESIDENTE:

"Está inscrito para falar pelos apelantes o Dr. Amanajós Pessoa da Costa, a quem dou a palavra pelo prazo regimental."

(O advogado proferiu sustentação oral.)

O SR. JUIZ CUNHA CAMPOS:

"Sr. Presidente. Ouvi com a maior atenção as palavras do douto orador. Já dizia o ilustre Professor Carlos de Campos que: "O Direito é o território do mínimo arbítrio e da maior segurança".

Todavia, o Direito, não é o que cada um de nós, individualmente pensa.

É necessário que se medite, e se verifique a regra comum para que exatamente evite-se o arbítrio.

Observei a sustentação do eminente advogado e procurarei responder à sua argumentação, examinando com a cautela e com a atenção necessária, as questões que nos foram propostas.

a) Anotei, ao relatar o recurso, que se cuida de apelação aviada contra sentença onde o ilustre magistrado negou pedido de segurança suplicado pelos ora recorrentes.

O mandado fora endereçado contra a cobrança do IPTU e apontados como autoridades coatoras o Prefeito e o Diretor do Departamento Fazendário de Ibirité. Sustentaram os impetrantes, no essencial, violação a normas estabelecidas no artigo 97 e seus parágrafos do C.T.N. A sentença viu respaldo legislativo nos atos atacados e indeferiu o pedido. Daí o recurso próprio e a tempo. Examinou, de início as preliminares.

b) Rejeito as preliminares.

As autoridades podem responder ou prestar informações através de procurador. Aliás, mesmo se inexistente a informação pode o Juiz decidir o mandado porquanto não se trata de direito disponível e não incidem os artigos 302 e 319 do CPC. Irrelevante a matéria suscitada pelos contribuintes.

Por igual irrelevante a não concessão de liminar. Esta é medida de natureza cautelar mas não integra o mérito da ação. Agora, já decidido o mandado, perde qualquer interesse a liminar, porquanto esta só vigora até a decisão do pedido. Este será agora julgado, pelo que incabível cuidar-se de exame de liminar.

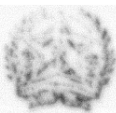
c) Quanto ao mérito tenho posição conhecida e esta se vê de fls. 92 a 112TA onde se juntou xerocópia do acórdão tomado no julgamento do Mandado de Segurança 20.567 de Governador Valadares, onde fui revisor e a matéria se mostra idêntica.

Voltei a me pronunciar inúmeras vezes no mesmo sentido, e reporto-me ao voto proferido na Apelação 27.355 cujos principais tópicos transcrevo, e são as razões pelas quais nego provimento à apelação. Reproduzo ditos tópicos.

"A matéria é já conhecida neste Tribunal que definiu sua posição rejeitando a posição da impetrante, ora apelada. A 1ª Câmara pronunciou-se, e, entre outras decisões, lembro a tomada no julgamento da Apelação 27.697. A 2ª Câmara mantém a mesma postura como se vê no acórdão resultante do julgamento da Apelação 26.527.

Esta 3ª Câmara já firmara seu entendimento, contrário ao esposado pela recorrida, no julgar a Apelação 20.567. Nesta assentada de julgamento proferi voto de onde extraio tópico que será a razão de decidir deste meu pronunciamento:

"Como o mostrou Paulo de Barros Carvalho, a hipótese de incidência tributária contém necessariamente o crité



rio temporal, pois não se concebe situação fora do tempo (Teoria de norma tributária, S. Paulo, 1974, Ed. Lael, págs. 102, 122/123. No mesmo sentido Sacha Calmon que localiza o aspecto temporal do fato. Teoria Geral do Tributo, S. Paulo, 1982, Ed. R.T., pág. 93).

Quanto ao IPTU, a cada exercício, ocorridos os pressupostos de incidência da norma, ou seja a adequação da situação concreta ao desenho abstrato contido no ordenamento jurídico necessário que se defina o comportamento devido a cargo do sujeito passivo identificado.

Em se cuidando de obrigação tributária (uma espécie do gênero relações jurídicas tributárias) este comportamento se traduz em dar; dar de regra somas de dinheiro, como o esclareceu Fonrouge (Derecho Financiero, Buenos Aires, 1977, 3ª Ed. de Palma, vol. 1.345/352).

Para precisar esta conduta há que se verificar, portanto, quanto deva pagar o contribuinte. A fixação deste montante parte da valorização de determinados elementos da situação concreta, eleitos pela lei segundo critérios.

A este critério chama-se base de cálculo e não se confunde com os aspectos concretos aferidos segundo este critério.

Geraldo Ataliba prefere o termo base imponível pelas razões que alinhou (Hipótese de incidência tributária, S. Paulo, 1978, 2ª Ed., Ed. R.T., pág. 112 e seguintes).

A base imponível do tributo em geral seria "um atributo do aspecto material da hipótese de incidência, mensurável de algum modo; é o peso, o volume, o comprimento, a altura, o valor, o preço" (Ob. e autor cits., pág. 114).

Base de cálculo, ou base imponível, consiste em um critério, a consideração de certo atributo da situação material. A partir deste atributo temos um dado suscetível de, aplicada uma alíquota, fornecer a quantidade de dinheiro que o con



APELAÇÃO CÍVEL Nº 28.984 - BETIM - 04.02.86

"4"

tribuinte deva pagar. (Ob. ed. cits. nº 46.2, pág. 124).

Observe-se que em determinadas taxas, e raros impostos, diz Ataliba, não há cálculo a ser feito. Todavia, assevera, a base imponible é ínsita à hipótese de incidência (Ob. ed. cits. nº 42.1).

No caso dos autos vemos que a fixação do valor do I.P.T.U. demanda cálculo. A base de cálculo é o valor venal e sobre este incide a alíquota.

Voltemos, pois, ao raciocínio.

Esta operação se dá toda vez que ocorre a hipótese de incidência.

Como observamos um dos elementos da hipótese é o tempo de tal sorte que temos tantas hipóteses de incidência, quantas modificações temporais previstas porque a norma, ao desenhar a hipótese, prevê o tempo de sua realização.

Becker observou este ângulo e traz, a meu ver, esclarecimento oportuno. "Quando o fato (sentido lato) que realiza a hipótese de incidência consiste num estado de fato, poderia parecer, à primeira vista, que a mesma regra jurídica estaria incidindo duas ou mais vezes sobre a mesma hipótese de incidência realizada, pois o estado de fato é o fato que aconteceu e permanece e que, por isto, pode ser contemplado ou no momento em que aconteceu (portanto como fato stricto sensu) ou sob o ângulo de sua duração continuada (portanto como estado de fato).

Entretanto, refletindo-se, verifica-se que não é a mesma hipótese de incidência realizada que está sofrendo a segunda e sucessivas incidências da mesma regra jurídica.

Esta poderá incidir tantas vezes (anualmente ou diariamente) enquanto durar o estado de fato; o número de incidências dependerá das coordenadas do tempo de realização da hipótese de incidência. (Teoria Geral do Direito Tributário, São Paulo, 1972, 2ª Ed. Saraiva nº 91, págs 303/304, grifos do autor).



Desenvolve o jurista seu pensamento e sublinha ponto de interesse para o desate da espécie. "A hipótese de incidência poderá consistir no estado de fato com duração de um ano ou de um dia, de modo que ao término do segundo ano ou do segundo dia, logicamente ocorre uma segunda realização da hipótese de incidência. Por exemplo: o chamado imposto de propriedade territorial e predial tem como hipótese de incidência um estado de fato; a existência permanente, durante um ano civil, do imóvel objeto do direito de propriedade; todos os anos, enquanto o imóvel for objeto do direito de propriedade, o imposto será cobrado uma única vez e durante aquele ano não será cobrado outra vez o mesmo imposto, ainda que o imóvel, cada dia, tenha um proprietário diferente" (autor ob. ed. cit., pág.304grifei).

Assim a cada ano ocorre uma hipótese de incidência (e só uma) do I.P.T.U., diversa e autônoma, porque a hipótese de incidência se realiza a cada ano.

A circunstância de um imóvel permanecer como propriedade do mesmo contribuinte aparenta que a mesma hipótese de incidência permanece e gera tantos tributos quantos exercícios. Todavia, como Becker o mostrou, a realização da hipótese de incidência é que é outra a cada ano. Isto se faz claro quando percebemos que o aspecto temporal, aqui o lapso de tempo igual a um ano, integra a hipótese, de tal sorte que enquanto não flui o ano outra hipótese de incidência não se dá, (não se cobra outro IPTU porque o imóvel é vendido), e por outro lado esgotado o ano outra hipótese se realiza.

Dessarte a cada ano temos uma realização da hipótese de incidência distinta, e também a cada lapso de tempo o imóvel é avaliado (de modo também distinto) para que se calcule o montante do Tributo.

Dai o acerto da posição do Eminentíssimo Juiz Cláudio Costa ao mostrar que a avaliação do imóvel em um exercício não se prende a anterior, considerada a autonomia da realização



das hipóteses de incidência (ou fatos geradores, se usarmos a expressão do CTN).

A permanência da situação cria a aparência de que se trata da mesma realização da hipótese de incidência, e que portanto, haveria "reavaliação" do imóvel. Para que se veja reavaliação, em sentido estrito, seria indispensável que mesma fosse a realização da hipótese de incidência, o que não se dá, como o mostrou, a meu ver, Becker, acima referido.

Visto que independentes as realizações das hipóteses de incidência, também o são os lançamentos, pelo que não vejo aumento de tributo através de alegada alteração da base imponível, ou base de cálculo.

A base permanece inalterada, é o valor venal.

As características de situações concretas avaliadas segundo este critério (valor venal) é que se alteram de um exercício para outro. Como temos dois lançamentos não vejo ilegalidade em reconhecer em um ano um dado valor e no seguinte outro."

Percebe-se assim que a alteração do valor atribuído a um imóvel em determinado exercício não se prende ao valor ao mesmo imputado no ano anterior.

Há incidências autônomas, independentes, em cada exercício e dessarte o valor dado a um imóvel em determinado exercício não será ponto de referência para o próximo lançamento, considerada esta autonomia de incidência.

Esclareça-se ainda que a expressão monetária do valor de um imóvel, a sua avaliação, representa apenas a concretização de um dado abstrato, que é a base de cálculo, ou base imponível no dizer de Geraldo Ataliba (Hipótese de Incidência Tributária, 2ª edição, pág. 114). Esta base imponível, "enquanto aspecto da hipótese de incidência" é "um conceito legal" (autor, ob. ed. cit., pág. 115).

Vê-se pois que base imponível (ou base de cá

culo) é conceito e portanto um dado abstrato. O valor atribuído ao imóvel é dado concreto e representa a realização no plano do real do dado abstrato. A diversidade da avaliação, de ano para ano, de um imóvel, não implica necessariamente em alteração do conceito, do dado abstrato. Ele permanece o mesmo, apenas realiza-se de modo diverso porquanto o mesmo conceito realiza-se em objetos concretos diferentes.

Aqui não se cuida de hipótese de alteração de valores em virtude da inclusão de notas diferentes no conceito de aspectos novos na própria diferença da base imponível ou base de cálculo. Isto sequer foi alegado. Apenas se sustentou que o valor atribuído ao imóvel sofrera ilegal variação.

Todavia, repetimos, a avaliação do imóvel nada mais representa que a aplicação de critérios. Contudo, ainda que idênticos os critérios (imutabilidade do dado abstrato) o valor concreto se altera porque a realidade se modificou.

O critério aplica-se a uma realidade concreta e imutável. Assim, repetimos, mantém-se o critério, mas a expressão concreta da operação varia porque a realidade medida pelo critério é outra.

Dessarte a diferença de valores atribuídos ao mesmo imóvel não significará necessariamente alteração de critérios (base imponível ou base de cálculo); poderá representar, e é o caso, apenas a modificação da realidade medida pelo critério.

Esta é mais uma razão pela qual não se pode atrelar o valor de um imóvel em um dado exercício ao valor atribuído ao mesmo imputado no ano anterior."

d) Por oportuno é de se dizer da inexistência de qualquer falha legal no artigo 126 da Lei Municipal de Ibitirite, atacada pelos apelantes em suas razões de recurso (fls. 159-TA).

Cabe à administração avaliar os imóveis e ao Legislativo fixar critérios abstratos destinados a nortear a avaliação.

A legislação municipal fixou critérios abstratos quanto a terrenos em seu artigo 126 (fls. 27 e 82 TA) e quanto a prédios em seu artigo 135 (fls. 84 TA).

O que os impetrantes não podem confundir é base de cálculo e critérios abstratos, com a situação concreta onde estes critérios se realizam.

O legislador não pode verificar dados concretos e particulares, isto cabe ao Executivo.

Dessarte não há como se falar que o Legislativo teria abdicado de competência sua para o Executivo.

Avaliar, determinar as características da situação individual aplicando critérios gerais é competência da administração. Estabelecer planta de valores constitui, por isto mesmo, atribuição do Executivo e não do Legislativo, pois tal planta implica em avaliação. Apenas uma avaliação por setores, mas sempre avaliação.

e) Ao recurso nego provimento e condeno os impetrantes nas custas do processo e do recurso."

O SR. JUIZ HUGO BENGTTSSON:

"A Constituição veda a instituição e aumento de tributos sem lei (art. 19, I), como exigência específica relativamente à tributação. Tal instância é enfática (art. 153, § 29) e categórica.

O C.T.N. reserva à lei "fixação da alíquota do tributo e da base de cálculo... (art. 97, nº IV).

Ora,

"A planta de valores consubstancia instrumento dos atos administrativos de lançamentos necessários para concretizar o mandamento abstrato da lei tributária. Baixada por



ato administrativo (decreto), constitui-se num ato de execução da lei, para cuja prática é competente o Poder Executivo" (Estudos e Pareceres de Direito Tributário, vol. 1, pág. 168, Geraldo Ataliba).

Outrossim, à lei cabe definir a base de cálculo dos tributos, mas não fixar o valor das coisas objeto da tributação em cada caso. Essa é tarefa administrativa (Id. ib. fls. 160).

A lei tributária municipal dá o critério de determinação da base de cálculo de forma genérica e abstrata e a "administração desempenha um trabalho de individualização, através do qual ela se torna praticamente efetiva, alcançando as diversas situações particulares, compreendidas na generalidade do seu enunciado" (Seabra Fagundes, em "O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário", 4ª ed. Rio, For., página 19).

Se a base de cálculo do IPTU, nos termos do art. 33 do C.T.N., dá o valor venal do imóvel, como base material e dado concreto; se a atualização da base de cálculo é ato formal e materialmente administrativo, o procedimento da municipalidade de Ibirité não infringe o princípio da legalidade, muito menos há de se considerar inconstitucional sua disposição tributária, pouco importando haja correspondência ou não com os índices de variações das ORTNs.

É de se ponderar, por outro lado, que a própria lei nº 451, de 12.12.74 do Município de Ibirité em seu art. 126, que estabelece que o valor venal do terreno será apurado através de planta de valores, fixada anualmente por Comissão Especial.

Com o Em. Relator, pois, negando provimento à apelação."



APELAÇÃO CÍVEL Nº 28.984 - BETIM - 04.02.86

"10"

O SR. JUIZ CLÁUDIO COSTA:

"Também acompanho o Relator e nego provimento à apelação."

O SR. JUIZ PRESIDENTE:

"NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO."